

## **O GÊNERO EPISTOLAR COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA**

*Luciana Santos Bispo*  
luzinhacj@hotmail.com

*Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos*  
jaciasantos@yahoo.com.br

*Márcio Jean Soares Mendes*  
marcinhojean@hotmail.com

*Marcolino Sampaio dos Santos*  
marcokerigma3@hotmail.com

*Maria Gorete Pereira*  
mariapereira.gorete@bol.com.br

**Resumo:** Sugerir o uso do gênero textual epistolar como um importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem da Língua Materna pode soar, como algo retrógrado. Sobretudo, se levar em consideração que as novas estratégias de comunicação trazidas pelos recursos tecnológicos, mudaram significativamente as formas de interação social entre os indivíduos. Todavia, fatores socioculturais têm contribuído para a preservação e manutenção desse gênero como um instrumento vivo e eficaz de comunicação; pois, se a tecnologia chegou em larga escala para grande parte da população brasileira, há que se reconhecer que há uma considerável parcela da sociedade ainda sem acesso à ela. Somado a esta constatação, está o fato de se observar que a carta ressurge como um gênero textual bastante presente tanto nos exames vestibulares quanto em seleções de emprego. Assim, é dever da escola se desprender do tradicionalismo ainda arraigado ao ensino da língua, onde a memorização e a repetição de regras gramaticais isoladas e descontextualizadas já não cabem mais, e adequá-lo a uma prática centrada no texto e nas possibilidades sociocomunicativas que estes possam oferecer. Assim, este trabalho propõe reflexões sobre as efetivas contribuições oferecidas pelo gênero epistolar para um ensino da Língua Materna mais contextualizado e dinâmico. Centrado numa abordagem teórico-metodológico de caráter exploratório, este trabalho debruçou-se sobre os estudos de Bahktin (1992,1997), Geraldi (2006), Koch (2003), Kleiman e Moraes (1999), Marcuschi (2000, 2002), Silva (1995), Silvia (2002), Souza (2009), Vieira et al. (2006), Wittke (2014), Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998, 2000) Lei de Diretrizes e Bases - LDB (9.394/96).

**Palavras-chave:** Ensino-aprendizagem. Gênero Epistolar. Língua Materna.

## 1. Introdução

A prática da leitura e da escrita constitui-se numa inesgotável fonte de aprendizado e território fértil para a manifestação e aprofundamento dos múltiplos saberes que cada ser humano traz em si. Tendo a escola à missão de sistematizar e redimensionar esses saberes, entende-se que utilizar-se do texto e de todas as potencialidades de aprendizado, tais como: leitura, escrita, reescrita, análise, compreensão contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem da Língua Materna e, não apenas dela mas, de todos os componentes curriculares de uma escola.

Os atuais resultados apresentados pelas avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) , que buscam investigar, sobretudo, os níveis de leitura e escrita nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do Brasil evidenciam que a prática escolar não caminha na direção dos índices esperados. No centro desta problemática, urge a necessidade de se repensar o objeto de estudo, sobre o qual está calcado o ensino da Língua Materna, bem como os procedimentos metodológicos empregados em aula.

Assim, esse artigo não tem como objetivo apresentar fórmulas mágicas para resolver a questão que não é recente e que é bastante complexa. Antes, este trabalho visa discutir e propor reflexões sobre as efetivas contribuições que o texto, especificamente o gênero epistolar, podem trazer para as aulas de Língua Portuguesa, para o aprendizado particular de cada discente e para o ambiente escolar.

Deste modo, imbuído do pensamento sociointeracionista, este trabalho debruça-se sobre os estudos dos seguintes linguistas sobre os estudos de Bahktin (1992,1997), Geraldi (2006), Koch (2003), Kleiman e Moraes (1999), Marcuschi (2000, 2002), Silva (1995), Silvia (2002), Souza (2009), Vieira (2006), Wittke (2014), Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998, 2000) Lei de Diretrizes e Bases - LDB (9.394/96).

## 2. O texto e a sua importância nas aulas de Língua Portuguesa

A proposta do ensino de Língua Materna baseado no texto não é algo tão recente; entretanto, o tradicionalismo arraigado à prática docente cujas ações estão sempre centradas no ensino da gramática normativa isolada e descontextualizada é um dos fatores que contribuem sistematicamente para que o texto não seja, ainda hoje, tomado como um instrumento eficaz no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e, não apenas dela, mas de todos os outros componentes curriculares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, já trata da questão ao estreitar a relação existente entre educação, trabalho e exercício da cidadania, propondo, assim, uma nova dinâmica à prática escolar. As propostas de reformulação do Ensino Básico deixam cristalizada a necessidade de um currículo centrado na formação de sujeitos mais participativos e reflexivos, de cidadãos críticos, atuantes e com potencial transformador; sujeitos capazes de discernir, de refletir sobre si mesmo, sobre o outro e sobre os contextos nos quais está inserido, em outras palavras, um sujeito plenamente consciente de sua dimensão social.

Tais tendências impactaram diretamente o ensino da Língua Portuguesa. Elas foram responsáveis pelas sensíveis mudanças até aqui ocorridas. Um fato que ilustra bem esse essa nova mentalidade pode ser observado no Estado de São Paulo, onde a nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo - PCSP (2008, p.42) em atenção às determinações previstas na LDB, adverte que "o estudo da Língua Materna já não pode mais ser concebido de modo fragmentado, reduzido à decodificação de regras descontextualizadas, com atividades mecânicas e repetitivas, centradas na memorização de regras da gramática normativa e na mera reprodução de ideias."

A proposta desta reforma curricular contribuiu para o surgimento de um ensino da língua estruturado sobre dois pilares inseparáveis: objeto e meio de promoção do conhecimento. Segundo Souza (2009, p.3) esse reposicionamento contribuiu decisivamente para o surgimento de propostas inovadoras voltadas ao ensino da língua como atividade interativa e possibilitou a implementação de trabalhos direcionados ao estudo do texto nas diversas situações de interação social. Assim, o texto assume considerável protagonismo no processo de ensino-aprendizagem da Língua Materna.

Nesta direção, observa-se que importantes estudos e pesquisas tem sido desenvolvidos sobre esta temática e contribuído significativamente para ampliar e aprofundar as concepções de texto e suas efetivas contribuições para a interação verbal e não verbal entre os sujeitos.

Nas investigações de Kleiman e Moraes (1999, p.62) o texto aparece como toda construção cultural que adquire um significado dentro de um determinado sistema de códigos, signos e convenções podendo ser um romance, uma carta, uma palestra, um quadro, uma foto, uma tabela. Deste modo, tanto o texto oral quanto o escrito deve ser entendido como "uma organização linguística de extensão variada, dotado de sentido, cuja tessitura estabelece coerência com as redes de comunicação às quais se propõe, numa dada situação social."

Em seus estudos, Koch (2003) apresenta o texto como:

[...] uma manifestação verbal, constituída de elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a de fundear a própria interação como prática sociocultural [...]. (KOCH,2003. p. 31)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa - PCNs (1998, p.21), documento que rege de forma mais específica as disciplinas existentes no currículo escolar, o texto deve ser compreendido como toda e qualquer sequência verbal, completa, dotada de sentido e constituída por relações estabelecidas por elementos de coesão e coerência. Em outras palavras, o texto consiste em "uma unidade significativa global."

De maneira bem simples e elucidativa pode-se afirmar que textos são entidades linguísticas que ganham formas e conteúdos nos discursos que lhes conferem características sócio-comunicativas definidas a partir de um estilo, função, composição e conteúdo. Compreendê-los é condição essencial à própria compreensão da dinâmica da linguagem em face da interação humana.

Diante do exposto, considera-se que uma proposta de ensino da Língua que esteja em consonância com o que propõem os PCNs, é aquela que privilegia o texto como elemento principal e cabe ao docente o dever de selecionar dentre os variados tipos de texto aquele que melhor se alinhe aos seus objetivos.

### 3. Sobre os Gêneros Textuais

Marcuschi (2000), renomado linguista da Análise do Discurso, apresenta uma reflexão histórica acerca do surgimento dos gêneros e afirma que eles já existiam, em grande escala, até mesmo entre os povos de cultura estritamente oral:

[...] a prática textual é tão antiga que: Uma simples observação histórica do surgimento dos gêneros revela que, numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII A. c., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. Numa terceira fase, a partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização iniciada no século XVIII, dar início a uma grande ampliação[...]. (MARCUSCHI, 2000, p. 7)

Segundo este autor (2002 apud DIONÍSIO et al, 2005, p. 23) com a invenção do alfabeto, os gêneros se diversificaram e surgiram aqueles característicos da escrita. Ele afirma, ainda, que com o advento da cultura impressa, por volta do século XV, os gêneros ganharam novo impulso e expandiram-se ainda mais com o processo de industrialização iniciado no século XVIII. Por fim, nos dias atuais, com a ascensão da chamada *cultura eletrônica* e todos os seus aportes, de maneira muito especial com o apogeu da *internet*, verifica-se uma incalculável manifestação de novos gêneros.

Entretanto, o supra citado autor ressalta que esses novos gêneros não podem ser tomados como “inovações absolutas”, pois sua origem apoia-se em outros gêneros já existentes:

[...] veja-se o caso do telefonema, que apresenta similaridade com a conversação que lhe é pré-existente, mas que pelo canal telefônico, realiza-se com

características próprias. Daí a diferença entre conversação face a face e um telefonema, com as estratégias que lhe são peculiares. O e-mail [...] gera mensagens eletrônicas que têm nas cartas [...] e nos bilhetes os seus antecessores. Contudo, as cartas eletrônicas são gêneros novos com identidades próprias [...]. (MARCUSCHI, 2002, p. 20-21.)

Bakhtin (1992, p. 281) ao observar tais fenômenos, qualificou-os como “transmutação” ou “assimilação” de gêneros antigos que se renovam e geram novos gêneros. Já Marcuschi chama de *hibridismo* as formas de comunicação próprias dos novos gêneros que tendem cada vez mais suprimir a ultrapassada divisão existente na relação entre oralidade e escrita. Segundo ele, esses novos gêneros trazem consigo uma capacidade de maior integração entre as diferentes formas de comunicação sejam elas sons, imagens, léxico, etc.

Para Marcuschi (2002, p. 21) a expressão “gênero” sempre esteve presente na cultura ocidental, geralmente associada à concepção dos gêneros literários. Entretanto, essa visão mudou; e atualmente usa-se o termo gênero para se referir à categorização de textos, seja oral ou escrito, de origem e objetivos literários ou não.

Bakhtin (1997, p. 279), em sua teoria sobre a enunciação da linguagem, foi um dos primeiros a aplicar o termo gênero para designar os tipos textuais empregados nas situações de comunicação cotidianas. No bojo de tal reflexão, Bakhtin defende que as diferentes esferas da atividade humana promovem a ocorrência de situações vivas e concretas, sócio-históricas que dão sentido aos enunciados. Assim, os gêneros eram tidos como atividades enunciativas “relativamente estáveis”, mas não estática. Segundo este autor, os gêneros subdividem-se em dois: os chamados “primários”, aqueles que ocorrem nas situações mais cotidianas, e os chamados “secundários”, os quais ocorrem em situações mais complexas de comunicação, tais como: as áreas científicas e as áreas jurídicas.

Esta concepção enunciativa dos gêneros, proposta por Bakhtin, está entre as correntes teóricas que embasam e fundamentam as proposições previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Neles, nota-se que as orientações para o ensino da Língua se dão em via dupla: no que diz respeito à reflexão sobre a língua e da linguagem no que se refere aos seus processos constitutivos; e também no que tange ao uso da linguagem através da leitura e produção de textos

orais e escritos. Deste modo, depreende-se que, seguindo as orientações dos PCNs, o ensino da Língua deve ter nos gêneros do discurso o seu objeto e nos textos a sua unidade de ensino:

[...] a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino [...] não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados em diferentes formas. A compreensão oral e escrita bem como a produção oral e escrita de textos pertencentes a diversos gêneros, supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino da Língua Materna. (MEC/SEF, 2001, p. 24.)

Esta também é a premissa defendida por grande parte dos autores da corrente sócio interativa da Língua. Tais autores, a exemplo de Bakhtin (1992 e 1997) investigam os fenômenos da Língua levando em consideração os seus aspectos discursivos e enunciativos. Contexto segundo o qual, “os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo” conforme assevera Marcuschi (2002, p. 23).

Também nas palavras de Berkenkotter e Huckin apud Silva (2002) se pode observar as concepções sócio-interativas e enunciativas dos gêneros textuais ao tomá-los sob a acepção de:

[...] retóricas dinâmicas desenvolvidas a partir das respostas dos agentes a situações recorrentes e que servem para estabilizar a experiência e lhe dar coerência e sentido. Os gêneros mudam ao longo do tempo em respostas às necessidades sócio-cognitivas de seus usuários.<sup>1</sup> (BERKENKOTTER; HUCKIN apud SILVA, 2002, p.32)

Esta compreensão dos gêneros dialoga intrinsecamente com a noção sugerida por Bakhtin, no tocante à sua origem como fenômenos sócio-históricos e culturais que se surgem, transformam-se, desaparecem, ressurgem e dão origem a novos gêneros.

Nos Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa:

A noção de gênero refere-se, assim, a famílias de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o

texto se articula, tipo de suporte1 comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado. (MEC/SEF, 1998, p.22)

Dado o seu caráter funcional no que se refere aos aspectos discursivos, históricos e sociais, tem-se nos gêneros textuais importantes estratégias de leitura e de produção textual como ações metodológicas capazes de atingir o objetivo primordial do ensino de Língua Materna que consiste em promover e desenvolver o potencial comunicativo do/a educando/a, através da interação verbal. Para Wittke (2012, p. 3) "essa prática didático-pedagógica intenciona criar situações autênticas em que o/a aluno/a possa conhecer, desenvolver e aperfeiçoar sua capacidade de interagir, através da fala e da escrita, no meio em que vive."

### **3.1. O gênero epistolar ou carta pessoal**

A carta pessoal é um gênero que merece reconhecível destaque dentro das ações comunicativas avalizadas pela escrita que, ainda hoje, facilita e estreita a comunicação entre os sujeitos, estabelecendo efetivamente relações interativas à distância.

Notadamente a carta é um dos meios de comunicação mais antigos. Desde a invenção e o desenvolvimento da escrita, este gênero ocupou lugar privilegiado nos processos de comunicação e interação humana. Ao citar Thompson, Silva (2002, p. 52) afirma que, segundo este autor, essas relações interativas à distância contribuiriam significativamente para a emergência de uma múltipla organização de mecanismos da interação humana que compreendem desde as formas mais rudimentares de comunicação escrita até os mais avançados meios técnicos e tecnológicos.

Neste sentido, o gênero epistolar surge como alternativa elementar para a manutenção do contato verbal, socialização, interação e aproximação entre interlocutores geograficamente distantes. Vale salientar que, como todo e qualquer outro gênero, as práticas comunicativas avalizadas pela escritura de cartas sofreram algumas alterações nas suas funções sociais ao longo da história.

Estudos revelam que, no Brasil, as cartas oriundas da chamada "cultura epistolar" surgiram a partir dos registros feitos por Pero Vaz de Caminha e enviados ao rei de Portugal, com objetivos de informar à coroa portuguesa sobre a "descoberta" das novas terras, das suas riquezas,

dos seus povos e dos primeiros contatos entre os europeus e os nativos encontrados nas terras brasileiras.

Entretanto, em épocas mais remotas, nos Impérios Grego e Romano especificamente, observa-se que as cartas eram utilizadas com a função social de tornarem públicas as deliberações dos reis e imperadores, os comandos de guerra, os discursos políticos e religiosos, as ordens militares, os documentos oficiais do Estado, entre outras.

Historicamente, a Igreja Católica, na pessoa do seu Sumo Pontífice, mantém a tradição originada nos apóstolos Pedro, Paulo, Tiago, João e Judas de utilizar-se da escritura de cartas para admoestar, instruir, animar e pastorear o seu povo. Ainda hoje, as comunicações papais às Igrejas Católicas do mundo inteiro são intituladas Cartas Encíclicas e Cartas Apostólicas mesmo quando os conteúdos nelas tratados estão para além dos temas religiosos ou doutrinários.

Silva (2002, p.133) em sua investigação sobre as práticas comunicativas da carta como formas interativas do convívio social, aponta um modelo de estruturação bastante emblemático deste gênero. Segundo esta autora, nos dias atuais ainda se preservam os mesmos aspectos estruturais da retórica clássica que caracterizaram as escritas epistolares em épocas mais remotas. São eles: a abertura do evento comunicativo, o corpo da carta e o encerramento ou conclusão do contato.

Entende-se por abertura do contato, o cabeçalho (local e data em que o texto foi escrito); o *exórdio* (as saudações, o vocativo e as solitudes). O corpo da carta, ou *narratio*, constitui todo o seu desenvolvimento, é a parte mais longa do texto e pode ser também entendida como o momento onde se expressa o(s) objetivo(s) da interlocução. A conclusão compreende três momentos: o pré-encerramento que ocorre quando o remetente comunica ao seu interlocutor a finalização do discurso; o segundo é a despedida e o terceiro é a assinatura, cujo objetivo é legitimar a autoria do texto.

Há ainda um elemento não obrigatório na composição de uma carta, o *post scriptum* cuja função é de inserir no texto, após a assinatura, algo que o remetente presume ser relevante e que deixou de mencioná-lo ao longo do discurso.

Apesar de a carta pessoal ou familiar já não ser mais um instrumento de comunicação tão frequente no cotidiano, não se pode negar que suas características influenciaram a formação de outros gêneros ainda muito presentes nos dias atuais, tais como: a carta comercial, a carta de apresentação, a carta de reclamação, a carta de solicitação e a carta de leitor, entre tantos outros. Também o e-mail e o bilhete têm suas origens fincadas no modelo basilar da carta pessoal ou familiar. Assim, todo e qualquer texto em forma de carta, e-mail ou bilhete constitui-se importante fonte de aprendizado que perpassa as questões normativas da Língua, o contexto, a prática sociointeracionista, o conteúdo, os aspectos estruturais e semânticos; tudo isso somado à oportunidade de se trabalhar a Língua de maneira contextualizada e prazerosa através da qual se oportuniza ao educando/a possibilidade de falar/escrever sobre si, sobre suas emoções, sobre a sua vida; dado o caráter intimista e particular que este gênero possui.

Assim, de maneira bastante própria e particular, Geraldi (2006) destaca importância do ensino de carta na escola e as possibilidades que este aprendizado trazem de inserção e interação social, estreitando assim a aplicabilidade do que se ensina e se aprende na escola com as necessidades e demandas da vida cotidiana:

Em aula, os alunos poderão escrever cartas familiares, aprendendo também a preencher envelopes. Lembro perfeitamente que meus pais reclamavam que eu não sabia escrever uma carta para algum familiar distante, e, no entanto, estava no colégio. (GERALDI, 2006. p. 67)

Sarmiento (2008, p. 21-24) defende que “a carta é um gênero textual que visa à comunicação escrita e pode ser de diversos tipos: carta pessoal ou familiar, de agradecimento, de reclamação, de amor etc.” Cujos objetivos de escritura versam pelo desejo e intenção de se estabelecer um diálogo, contato ou interação entre interlocutores.

Vale destacar aqui que, paralelamente ao trabalho com o gênero epistolar o/a professor/a pode ainda trabalhar outros gêneros como o bilhete, o torpedo, o SMS, por exemplo; que, via de regra, são bastante utilizados pelos/as alunos/as tanto na sala de aula quanto fora dela. Assim, no tratamento dispensado a estes gêneros no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa,

é possível trabalhar de forma contextualizada as normas gramaticais, exercitar a produção textual, aplicar os mecanismos de coesão e coerência textuais, a interpretação do texto, etc.; tornando, desta maneira, as aulas de Língua Portuguesa muito atrativas, dinâmicas e proveitosas, o que conseqüentemente despertará no/a educando/a mais interesse, participação, interação e disposição para ler e escrever melhor.

Assim, na esteira das reflexões até aqui sugeridas conclui-se que:

[...] protagonizar um ensino de língua dentro da realidade textual de nossos alunos é um grande passo a ser dado pelos nossos mestres, bem como precisa ser obtido urgentemente ou nossos educandos continuarão com grandiosas dificuldades ao serem avaliados por uma produção textual, ou uma análise gramatical, tarefas que devem se tornar um hábito na vida de qualquer estudante [...] (VIEIRA et al, p.8)

#### **4. Considerações Finais**

Guiando-se por princípios teóricos oriundos da Linguística Textual e da Análise do discurso, este artigo objetivou provocar reflexões sobre acerca do ensino da Língua Materna centrado no texto, mais especificamente nos textos originários do gênero epistolar.

Embora se reconheça que esta não uma proposta inédita, reconhece-se também que, na prática, o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa ainda continua bastante centrado no ensino da Gramática Normativa. Vale esclarecer que, quando se propõe ensinar a Língua a partir do texto, de nenhum modo se sugere abrir mão do ensino da norma. Ao contrário, espera-se que no e pelo texto o processo de ensino-aprendizagem se torne mais contextualizado, mais coerente com o universo social no qual os educandos/as estão inseridos/as e com as suas reais necessidades e, porque não dizer, mais prazeroso.

Deste modo, uma proposta de ensino centrada no texto, é acima de tudo uma oportunidade de se desenvolver ricas estratégias de leitura, de construção e desconstrução textual, de compreensão e análise dos processos linguísticos que o constitui, de análise das estratégias de coesão e coerência, do enriquecimento do vocabulário por parte de educando/a; enfim, são

muitas as contribuições semânticas, sintáticas, estruturais e funcionais que legitimam a real importância do trabalho com o texto.

Sobre o tratamento do gênero epistolar na e pela escola, conclui-se que a necessidade da troca de informações é inerente ao ser humano e constitui-se uma prática social importante. Deste modo, postula-se que o ensino através do gênero epistolar viabiliza também o exercício da cidadania, uma vez que através do conhecimento e domínio deste gênero, o/a educando/a insere-se com mais autonomia em uma sociedade onde a habilidade comunicacional é condição primordial de inserção.

Nesta direção, compreende-se que o tratamento dispensado ao trabalho com a Língua deve estar em profunda consonância com o emaranhado das relações humanas, nas quais os seus sujeitos estão. Não se pode mais conceber o ensino da Língua Portuguesa dissociado do contexto social vivido pelos seus agentes. Um exemplo prático que ilustra a real aplicabilidade do trabalho com o texto e com os seus múltiplos gêneros reside também no fato de inúmeros concursos vestibulares exigirem de seus participantes o domínio das competências aplicadas às tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para a sua vida.

## 5. Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1997.

BERKENKOTTER; HUCKIN *apud* SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita de textos*. 2002. 209 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, 1998.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KLEIMAN, Ângela B.; MORAES, Silvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1999.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, 2002. *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Ângela et al. *Gêneros Textuais e Ensino*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luis Antonio. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Recife, Loyola, 2000.

MEC/SEF Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Ministério da Educação e de Desportos Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1998.

SARMENTO, Leila Lauer. *Oficina de Redação*. São Paulo: Moderna, 2008. SÃO PAULO. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa. São Paulo: SEE, 2008.

SOUZA, Cristian Wagner de. *Novas Perspectivas no Ensino de Língua Portuguesa: o trabalho com gêneros textuais*. 2009. p.3. (Artigo) Disponível em:  
<[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/educacao\\_foco/artigos/ano2009/novasperspectivasnoensinodalinguaportuguesa.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2009/novasperspectivasnoensinodalinguaportuguesa.pdf)> Acesso em: 30 de novembro de 2016

VIEIRA, Natalee Paloma Souza, et al. *O uso dos gêneros textuais em aulas de língua portuguesa numa perspectiva de desenvolvimento de competências textuais*. Disponível em  
<<http://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20Humanas%20e%20Letras/O%20USO%20DOS%20GENEROS%20TEXTUAIS%20EM%20AULAS%20DE%20LINGUA%20PORTUGUESA%20NUMA%20PERSPECTIVA%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20DE%20COMPETENCIAS%20TEXTUAIS.pdf>> Acesso em 17 de novembro de 2016.

WITTKE, Cleide Inês. *O IMPORTANTE PAPEL DO TEXTO NAS AULAS DE LÍNGUA MATERNA*. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758. p. 3. Disponível em: <[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume\\_2\\_artigo\\_074.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_074.pdf)> Acesso em: 03 de dezembro de 2016.